



GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: DECISÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2013.

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com o **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente **BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento do presente certame licitatório.

Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada desclassificada a citada empresa exclusivamente nos **itens: 51**, por ter apresentado o Registro do Medicamento vencido em 08/2012; e **96**, por ter apresentado apenas uma tradução oficial do certificado de boas praticas da Alemanha, deixando de apresentar o Boas Praticas de Fabricação emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde do Brasil, manifestou-se a representante presente da empresa **BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA** sua intenção de apresentar recurso, abrindo-se então o **prazo de 3 (três) dias** para apresentação de suas razões recursais, verificando-se a insurgência dentro do prazo, do recurso administrativo interposto pela empresa recorrente **BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA**.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no **Edital nº 39/2013** da licitação modalidade **Pregão Presencial nº 29/2013**, o recurso apresentado pela empresa recorrente não deve ser provido.

Posto que, primeiramente procedendo à análise do **Edital nº 39/2013**, quanto ao **item 51** objeto da licitação, a empresa recorrente não cumpriu a exigência estabelecida no **item 5.2.1.** combinado com o **item 5.2.** onde determina que: “Os representantes das empresas licitantes deverão ter em mãos, para os MEDICAMENTOS ofertados, os documentos abaixo relacionados, os quais serão solicitados, ao licitante vencedor, ao final dos lances de cada item, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO, devendo os mesmos ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, devidamente **DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.**” (grifo nosso). Nesse sentido, deve ser ponderado que todos os licitantes, bem como a administração pública que o expediu estão vinculados aos termos do Edital, sendo assim, todas as exigências de citado documento devem ser cumpridas. Como ponderado por autorizado magistério doutrinário: “A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato”. “(...)”. “Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu”. (Hely Lopes Meirelles. Licitação e Contrato Administrativo, 12ª Ed., São Paulo: Malheiros Editores, 1999, p. 31).



Contudo, em que pese a recorrente ter apresentado o protocolo de renovação do referido medicamento dentro do prazo estabelecido no artigo 12 § 6 da Lei Federal nº 6.360/76, a recorrente ignorou o artigo 14 § 4 do Decreto Federal nº 79.094/77, que regulamenta a citada lei, onde o mesmo esclarece que: “Os atos referentes ao registro e à sua revalidação somente produzirão efeito a partir da data da publicação dos despachos concessivos no Diário Oficial da União”, inclusive no próprio site da ANVISA, a mesma confirma essa informação e ainda esclarece que: “Os atos referentes à revalidação do registro somente produzirão efeitos a partir da data da publicação dos despachos concessivos, não-concessivos e declaratórios no Diário Oficial da União. No despacho declaratório de revalidação automática que também deverá ser publicado no Diário Oficial da União...”. Portanto não há como ser provida a irresignação ofertada, pois não houve o cumprimento do Edital no tocante à comprovação efetiva do registro do produto licitado na ANVISA, posto que a recorrente juntou apenas o protocolo da renovação do registro, que não tem o condão de comprovar o efetivo registro, na medida em que o referido registro pode até mesmo ser indeferido.

Continuando à análise do **Edital nº 39/2013**, quanto ao **item 96** objeto da licitação, a empresa recorrente não cumpriu a exigência estabelecida no **item 5.2.2.** onde determina que: “*Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde; **Parágrafo Único:-** No caso de produto importado é também necessária a apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira*”. A recorrente apresentou tão somente a tradução oficial do certificado de boas praticas da Alemanha, entretanto o Edital é claro ao exigir que a empresa deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde Brasileiro.

Contudo, a falta deste documento, talvez possa ser explicada em razão da indústria internacional Novartis Pharma Produktions – Alemanha, ter seu pedido de Concessão de Certificado de Boas Práticas de Fabricação INDEFERIDO, comprovado através da publicação do dia 25/02/2013 no Diário Oficial da União, portanto não há como ser provida a irresignação ofertada, pois não houve o cumprimento do Edital.

Isto posto, submetida à minha superior análise para final decisão, **decido** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, pelo **não provimento** do recurso administrativo interposto, mantendo assim a decisão recorrida que outrora a vista das habilitações, declarou vencedoras do presente certame licitatório as empresas licitantes: **BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA**, nos **itens: 02, 54 e 148**; **LUMAR COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**, nos **itens: 12, 16, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 45, 52, 56, 77, 78, 80, 82, 84, 85, 87, 111, 120, 139, 142, 146, 151, 154, 162, 163, 166, 213, 249, 268 e 279**; **DIRECTA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA - EPP**, nos **itens: 08, 09, 43, 72, 74, 75, 76, 106, 116, 119, 160, 164, 196, 204, 212, 244, 250, 254, 257 e 284**; **ELI LILLY DO BRASIL LTDA**, nos **itens: 198 e 253**; **HOSPFAR IND E COM DE PRODUT.HOSPITALARES LTDA**, nos **itens: 07, 21, 22, 23, 46, 58, 67, 89, 90, 131, 141, 147, 193, 210, 211, 242, 281, 283 e 285**; **CM HOSPITALAR LTDA**, nos **itens: 18, 25, 41, 42, 61, 69, 70, 99, 110, 129, 143, 172, 179, 187, 188, 189, 190, 192, 201, 202, 207, 208, 209, 216, 217, 227, 228, 229, 232, 233, 240, 241, 255 e 275**; **PRODIET FARMACEUTICA S.A**, nos **itens: 13, 26, 59, 108, 109, 118,**



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016



Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

144, 145, 167, 168, 175, 178, 183, 184, 185 e 230; TORRENT DO BRASIL LTDA, nos itens: 19, 38, 39, 48, 71, 122, 123, 135, 155, 287 e 288; ELLIPSIS PHARMA-DIST.DE MAT.MED.HOSP.LTDA EPP, no item 161; e ANBIOTON IMPORTADORA LTDA EPP, nos itens: 65 e 114.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º**, do **artigo 109**, da **Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, os autos do processo licitatório se encontram com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 10 de maio de 2013.

**FERNANDO GALVÃO MOURA
PREFEITO MUNICIPAL**